

# O lugar na História

**Debate Aníbal Cavaco Silva**  
**Jorge Reis-Sá**

**S**e a questão ontológica que nos persegue é “O que somos e que fazemos nós aqui?”, há alguns homens clarividentes que, mesmo não conseguindo responder totalmente a essa pergunta, tentam que fique bem estabelecido pelo menos o que andaram aqui a fazer. A maior parte destas almas messiânicas acabam por ser motores de revoluções e, com muita sorte (ou muito azar, claro) à mistura, responsáveis pela morte de muita gente. A pessoa que aqui trago hoje não tem as mãos sujas de sangue como os tiranos que sabemos assassinos. Mas a sua inacção, motivada pelas razões que explanarei, fazem dele responsável – mesmo que sem dolo, quero crer – pela intensa crise em que vive o povo português.

Estes espíritos messiânicos que citei querem mudar o mundo. E, com essa alteração, para a qual são sempre os providenciais, ficar com um lugar na História que lhes permita estátuas e adoração. Aníbal Cavaco Silva não tem a ambição de mudar nada. Tem apenas um desígnio: que a História diga dele que foi o não-político que conseguiu ser o melhor primeiro-ministro da democracia e o Presidente da República responsável pela ultrapassagem desta crise.

O grande problema é este: quem pensa o futuro engana-se sempre no presente. O seu némesis, de nome Mário Soares, disse uma vez que será certamente “uma nota de rodapé na História”. Sendo, com Salazar, o mais importante político português do século XX, afirmou isto sem ponta de modéstia ou ironia. Por uma única razão: nunca se preocupou Mário Soares com a maneira como o futuro o iria julgar. Se assim fosse, não teria por exemplo encetado a última candidatura à presidência.

Aníbal Cavaco Silva é exactamente o oposto. Todas as suas acções são pensadas numa óptica abrangente, futura e de memória. Nada do que faz tem qualquer risco para a sua “não-carreira”. Tudo o que decide é com um cuidado tão grande na maneira como a História o verá que a decisão não tem como factor preponderante a necessidade do presente mas a ideia do seu futuro. Exemplos? Basta um.

Note-se a maneira como respondeu Cavaco Silva há dias aos jornalistas por causa da questão das reformas. Depois de Pedro Passos Coelho dar mais um tiro no pé ao falar das pensões elevadas e confrontado pelos jornalistas, Cavaco Silva disse a seguinte pérola: “Já tentei explicar a questão das minhas reformas, mas os senhores jornalistas não quiseram entender. Assim, guardarei as minhas opiniões para as minhas memórias.” Não interessa ao nosso Presidente a

actividade política quotidiana (que, como sabemos, despreza). Antes a maneira como será visto o seu “pensamento” no futuro. Não interessa resolver a questão das palavras absurdas do primeiro-ministro. Interessa dizer ao povo que espere, que daqui a uns anos explica tudo nas memórias. Este exemplo teve já confirmação oficial há alguns meses: ainda se lembram do prefácio ao seu último livro de intervenções? Nada como dizer o que se acha um ano depois.

Daqui se pode inferir algo de muito assustador na novela do Orçamento do Estado. Aníbal Cavaco Silva não enviou o Orçamento para fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional porque acha melhor ou pior. A razão tem que ver, apenas, com o seu lugar na História: seria recordado como o primeiro Presidente a tê-lo feito. E isso, para a obsessão de Cavaco Silva pela maneira como a História de Portugal o julgará, é impossível de aceitar. Por outro lado, o envio para fiscalização sucessiva que anunciou

na sua mensagem de ano novo não compromete – já Jorge Sampaio o fez há quase dez anos.

Isto não faz de Cavaco Silva um Pol Pot ou um Pinochet. Esses procuraram com sangue o seu lugar na História. Torna-o mais perto de Mao Tsetung, que deixou que se morresse por um ideal. Infelizmente, Mao pode ter sido o que pareceu menos sanguinário de todos, mas foi o que mais gente conseguiu que morresse. Cavaco

não matou ninguém nem age com dolo para tal. Até porque não quer que a História possa dizer tal coisa da sua santa pessoa. Infelizmente, tem deixado que um país se afunde (e os seus habitantes, que são gente, que são pessoas, que têm filhos e fome e não uma entidade abstracta de que é fácil falar) pela sua visão abrangente e preocupada daquilo que irão pensar dele daqui a uns anos. Gostava muito que ele tivesse a hombridade de perceber isto e mudar o seu comportamento para bem de quem respira o mesmo ar que ele. Mas nunca o fará. Podemos estar todos descansados que, enquanto Paulo Portas quiser, tudo será como tem de ser: cada vez mais perto do precipício. “Burro velho não aprende línguas”, já dizia a minha avó. (E eu posso também ficar descansado: Cavaco Silva nunca permitirá que o seu lugar na História seja manchado por um processo a um cronista qualquer.)

**Escritor**



**As acções de Cavaco Silva são pensadas numa óptica abrangente, futura e de memória**



# O direito à memória na Internet

**Debate Comunicação e informação**  
**Daniel Gomes**

**A** Internet assumiu o papel de meio de comunicação fundamental nas sociedades modernas. Em particular, as páginas da Web têm vindo a substituir a imprensa porque permitem publicar informação de uma forma simples, rápida e económica.

Não é de admirar que a Web seja cada vez mais usada como principal meio de comunicação. Desde os jornais que migram para versões exclusivamente *online* às pessoas que partilham as suas fotografias acabadas de tirar directamente na Web.

Porém, a Web foi originalmente concebida para ser um meio de comunicação entre cientistas e não o principal meio de publicação das sociedades. Ou seja, foi desenhada para substituir meios de comunicação temporária como o telefone e acabou por ser usada para substituir livros, jornais ou revistas.

O problema é que a informação publicada na Web é pouco duradoura ([http://en.wikipedia.org/wiki/Link\\_rot](http://en.wikipedia.org/wiki/Link_rot)). Após apenas um ano, mais de 80% dos conteúdos publicados já desapareceram ou foram alterados.

A humanidade nunca produziu e teve acesso a tanta informação. E no entanto, retém muito pouca.

Os arquivos da Web recolhem, arquivam e preservam informação publicada na Web. No futuro, a informação neles arquivada fará a diferença entre a continuação da História e a ocorrência de uma Idade das Trevas, durante a qual a maioria da informação passou a ser digital, mas a sua preservação manteve-se seguindo as práticas instituídas há centenas de anos.

A título de exemplo, em 2003 o Estado português extinguiu a versão em papel do *Diário da República*, passando a existir apenas a versão *online* ([http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/PublicacaoElectronicaDARNovasRegrasUsaNovasTecnologiasInformacaoComunicacaoTrabalhoParlamentar.pdf](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/PublicacaoElectronicaDARNovasRegrasUsaNovasTecnologiasInformacaoComunicacaoTrabalhoParlamentar.pdf)). Esta decisão poupou recursos e facilitou o acesso dos cidadãos à legislação. Contudo, são impressas quatro versões em papel exclusivamente para serem entregues na Biblioteca da Assembleia da República e na Biblioteca Nacional. As leis são escritas em formato digital, publicadas em formato digital e impressas em papel para depósito.

Em Portugal, o Arquivo da Web Portuguesa é um projecto da FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) que visa arquivar e preservar



conteúdos da Web relevantes para a comunidade portuguesa. Este projecto destaca-se por ter desenvolvido um serviço de pesquisa textual sobre conteúdos do passado, disponível experimentalmente em <http://www.arquivo.pt>.

Existe alguma controvérsia acerca do facto de os arquivos da Web reproduzirem informação publicada sem o consentimento expresso dos seus autores. A interpretação legal desta questão varia consoante as fronteiras dos países. Fronteiras estas que não existem na Internet. Contudo, os arquivos da Web têm respeito pelos interesses dos autores. Por exemplo, através da introdução de períodos de embargo de acesso para que não ocorra competição de visitas com os *sites* originais ou bloqueio de acesso a conteúdos arquivados a pedido dos autores.

Na realidade, os arquivos da Web nacionais ou sem fins lucrativos prestam um serviço gratuito, complexo e de grande utilidade para os autores. São raríssimos os casos de autores que se sentiram lesados pela acção dos arquivos da Web ([http://en.wikipedia.org/wiki/Internet\\_Archive#Controversies\\_and\\_legal\\_disputes](http://en.wikipedia.org/wiki/Internet_Archive#Controversies_and_legal_disputes)).

Os arquivos da Web apenas poderão ser úteis ao cidadão comum se mantiverem o nível de acesso original da informação publicada. Ou



**A informação disponível na Internet passado pouco tempo desaparece. Que informação persistirá para o futuro?**



# Carta aberta a Pedro Passos Coelho

**Tribuna Crise e austeridade**  
**Virgílio Meira Soares**

**S**enhor Primeiro-ministro de Portugal, Muita tinta tem corrido sobre as medidas de austeridade que têm vindo a ser aplicadas pelo Governo que V. Ex.<sup>a</sup> dirige. Nunca pus em causa a sua necessidade, por razões que são conhecidas de todos os portugueses. Acresce que, sendo eu um dos que na classe média têm das pensões mais altas, mal me ficaria não colaborar para o esforço que concidadãos meus vêm fazendo, com grandes dificuldades, as quais significam, em muitos casos, a sua condenação à miséria.

Com o Orçamento de 2013, chegou a altura de os que tiveram, até agora, mesmo com as medidas de austeridade, uma vida menos afogada passarem a senti-la de maneira substancial. Dirão alguns: finalmente!; dirão outros: agora é que a economia vai “por água abaixo”, pois o consumo interno ainda era assegurado por essa faixa social. Terão ambos razão, mas não venho discutir isso.

Como já se deve ter apercebido, sou pensionista e, com orgulho, sou-o da função pública. Para o que pretendo transmitir é indiferente. Mesmo com os cortes, conseguirei sobreviver. A questão que lhe ponho é ao nível dos princípios.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que um trabalhador por conta de outrem desconta sobre o seu vencimento bruto 11% para a Segurança Social. Os empregadores descontam, se não me engano, cerca de 23%. Todo esse dinheiro deveria ir (já não sabemos se vai) para um fundo de pensões que deve ser gerido com inteligência e a pensar no retorno a que os futuros aposentados terão direito. Embora o Estado faça artimanhas contabilísticas, a verdade é que o encaixe desse fundo não pode (pelo menos moralmente) ser considerado uma receita de Estado. Como tal, o pagamento das pensões não pode ser considerado (moralmente) uma despesa do Estado. Claro que se trata de uma visão simplista e talvez impossível de se realizar, mas, como disse atrás, falo dos princípios, acreditando que a realidade se deveria aproximar, tanto quanto possível, dos princípios que defendemos. Sabemos todos que tal não é o caso, mas isso não dá o direito moral a ninguém de, como diz Marques Mendes, se “gozar com o pagode” (cito a imprensa, pois não o ouvi).

Ora, o Estado-patrão só há poucos anos começou a fazer os descontos que devia. Tirava, a quem trabalhava, os 11%. Claro que, nestas condições, o fundo a que me referi é ainda menor. A despesa que deveria ser feita, no momento do desconto, transforma-se, agora sim, em despesa, mas

sem os juros que poderia ter rendido. De facto, por cada trabalhador que tivesse descontado, por exemplo, cerca de 115€/mês, em média, esse fundo seria suficiente para lhe pagar a pensão durante mais de 15 anos. É claro que assim não é, pois há outros gastos envolvidos no domínio da Segurança Social (desemprego, RSI, complementos solidários, etc.). Daí que se compreenda que se fale em despesas, mas há que ter em conta que elas só são maiores por a situação se estar a deteriorar a olhos vistos. Cortar aos desempregados e aos aposentados só pode ser ultrapassado por uma política que não aumente o desemprego e disso não oiço o Governo falar. Fala, sim, em cortar mais a quem já tem muito pouco, ou a quem vai começar a ter muito menos.

Acresce que parte do dinheiro das pensões (não contando a parte que o Estado terá de acrescentar) corresponde, certamente, aos descontos feitos aos trabalhadores. Ora, essa verba já foi taxada em impostos antes de se fazer os descontos.

“**Creio ser altura de V. Ex.<sup>a</sup> pôr a mão na consciência e mostrar um pouco da sua sensibilidade social**”

Ao considerar-se essa verba como rendimento, ela vai ser taxada outra vez! E, pelos vistos, agora, com um “aumento brutal de impostos”. Sei que é assim há muito tempo, mas não deixa de se poder dizer que é tributada duas vezes.

Para além da eventual inconstitucionalidade de muito do que está previsto, estamos perante uma imoralidade inaceitável. Antes que seja humilhado pelo Tribunal Constitucional e pelos portugueses, pense nisto tudo e veja se é isto que pretende para o país.

A falta de senso vai ao ponto de se querer agora que os reformados, ex-funcionários públicos e privados, que ainda trabalham privadamente, ganhando uns euros (não muitos), sejam assediados pela Segurança Social para fazerem descontos, numa clara violação da lei. De facto, a alínea b) do artigo 157.º da Lei 100/2009, de 16/9, isenta-os expressamente da obrigação de contribuir.

Não acredita? Então peço-lhe o favor de ler a peça que hoje recebi por *email* da presidente do Conselho Directivo da Segurança Social: “Para efeitos de cumprimento da obrigação contributiva foram-lhe fixados oficialmente os



seguintes elementos: (i) Rendimento relevante de 297,58 EUR; Escalão 1; Taxa contributiva de 29,6%; Contribuição a pagar mensalmente no valor de 124,09 EUR. Os elementos acima referidos resultam do rendimento do ano de 2011 no valor de 425,12 EUR. Este foi o valor declarado à Administração Fiscal, sujeito a tributação, no âmbito da categoria B.(...) ass.) A Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, IP, Mariana Ribeiro Ferreira.” Depois de ter feito prova da minha situação, por duas vezes, sem que tenha obtido qualquer resposta, vem esta senhora dizer-me que aquela Lei já não serve e que vou ter de pagar mais do que recebi, nos termos da mesma, ou outra, legislação. Não sei se é ignorância minha (não li a legislação toda que a senhora cita, sem referir os artigos aplicáveis, mas o sítio da Segurança Social diz que estamos isentos) ou incompetência dos serviços, mas, se não fosse triste era hilariante: com efeito, pagar para trabalhar ainda é coisa que não estou disposto a fazer, embora neste momento faça algum trabalho para o Estado sem poder receber, por força da legislação em vigor. Mas vá lá, não me pedem para pagar. Não admira que haja fuga ao fisco! Este dinheiro, pouco, que ganhei no estrangeiro, poderia não ter sido declarado, sem que a Autoridade Tributária desse por isso. Pois é, fui parvo!

Sr. primeiro-ministro, creio ser altura de V. Ex.<sup>a</sup> pôr a mão na consciência e mostrar um pouco da sua sensibilidade social, que ainda admito que tenha, embora só me dê razões para duvidar. Sou dos que, apesar de tudo, ainda podem pagar, embora cada vez menos. Já há muitos, mesmo muitos, que estão a afundar-se, se é que não se afundaram já. A continuar assim, mais serão em 2013.

V. Ex.<sup>a</sup> consegue dormir?

Com os melhores cumprimentos.

**Professor catedrático aposentado, presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior e avaliador da European University Association e da Agence d’Evaluation de la Recherche et de l’Enseignement Supérieur (França)**



seja, se uma página estava publicamente acessível na Web, a sua cópia arquivada deverá também continuar publicamente acessível na Web.

O pensador George Santayana disse que “aqueles que não se lembram do passado estão condenados a repeti-lo”. A pergunta que surge é se o cidadão comum alguma vez teve acesso ao passado.

No máximo, o cidadão comum tem acesso à informação escrita nos documentos oficiais que relatam a História. E, como qualquer historiador sabe, a História oficial é escrita e reescrita de acordo com as conjunturas sociais e políticas.

O passado está relatado nos documentos escritos na primeira pessoa. Documentos não controlados, não revistos, não preservados. Serão as cartas, os blocos de notas, os *blogs*, os fóruns.

Arrisco-me a dizer que, pela primeira vez na História da humanidade, os arquivos da Web concedem ao cidadão comum o acesso ao passado. Não apenas à História acerca dos grandes acontecimentos da humanidade ou de uma cultura, mas do seu próprio passado enquanto indivíduo.

As pequenas coisas que fazem parte do passado e das memórias de uma pessoa raramente são relatadas nos livros de História. Uma vez perguntaram-me: “Qual a importância de preservar um anúncio classificado com uma imagem de uma bicicleta para venda?” De facto, se essa tiver sido a primeira bicicleta de alguém, esse anúncio será uma memória valiosa para essa pessoa.

E, a partir destas pequenas coisas sem importância, os nossos descendentes poderão descobrir quem nós realmente fomos.

**Coordenador do Arquivo da Web Portuguesa e da Unidade de Desenvolvimento Web da Fundação para a Computação Científica Nacional**